

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.300**  
**DE 23 DE JULHO DE 2025**

**(Projeto de Lei Complementar nº 76/2024 – Autor: Prefeito Municipal)**

***AUTORIZA O PARCELAMENTO DO IMPOSTO INCIDENTE NA TRANSMISSÃO ONEROSA, ENTRE VIVOS, DE BENS IMÓVEIS OU DE DIREITOS A ELES RELATIVOS (ITBI), NAS SITUAÇÕES EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 26 de junho de 2025 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.300**

**Art. 1º** Fica autorizado o parcelamento do Imposto Incidente na Transmissão Onerosa, Entre Vivos, de Bens Imóveis ou de Direitos a Eles Relativos (ITBI), em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas, como incentivo ao registro da transmissão da propriedade imobiliária.

**§ 1º** O parcelamento poderá ser concedido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, nos casos em que o fato gerador do tributo tenha ocorrido em momento anterior à publicação desta Lei Complementar e desde que o contribuinte manifeste sua opção no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do Decreto Regulamentador.

**§ 2º** O disposto neste artigo não se aplica aos débitos inscritos na dívida ativa.

**Art. 2º** O contribuinte interessado no parcelamento, ou o procurador autorizado, deverá formalizar a solicitação, nos termos do Decreto Regulamentador, informando o número de parcelas pretendido.

**Art. 3º** O parcelamento será formalizado por meio de Termo de Parcelamento em conjunto com o pagamento da primeira parcela.

**Parágrafo único.** A formalização do Termo de Parcelamento implicará na concordância, em caráter irrevogável e irretratável, com a base de cálculo adotada.

**Art. 4º** O valor da parcela mensal será obtido mediante a divisão do valor do débito pelo número de parcelas autorizado.

**§ 1º** O não pagamento da parcela inicial ou a falta de pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, acarretará o cancelamento do respectivo parcelamento.

**§ 2º** O atraso no pagamento da segunda parcela ou das seguintes implicará na cobrança, a partir do vencimento, dos acréscimos legais previstos nos parágrafos 2º e 3º do artigo 216 da Lei nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971 - Código Tributário do Município, calculados sobre o valor correspondente da parcela.

**§ 3º** Havendo parcelas vincendas no exercício seguinte, os valores serão atualizados monetariamente a partir de 1º de janeiro com base no disposto no Parágrafo 4º do artigo 216 da Lei nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971 - Código Tributário do Município.

**§ 4º** As guias de arrecadação emitidas para o parcelamento não são válidas como comprovante de quitação do imposto.

**§ 5º** O parcelamento nos moldes desta Lei Complementar constitui causa suspensiva a exigibilidade do crédito tributário nos termos do artigo 151, inciso VI do Código Tributário Nacional.

**Art. 5º** O cancelamento do parcelamento nas situações previstas no Parágrafo 1º do artigo 4º, bem como no artigo 5º desta Lei Complementar, será fator impeditivo a novopedido pelo mesmo interessado referente ao mesmo objeto.

**Art. 6º** O contribuinte deverá solicitar a emissão da Certidão de Quitação após o adimplemento de todas as parcelas, devendo a Administração Municipal fornecê-la em até 30 (trinta) dias após o requerimento.

**§ 1º** Nos casos de pagamento parcelado do ITBI, a Certidão de Quitação é documento válido para averbação do título de transmissão no Cartório de Registro de Imóveis.

**§ 2º** Constatado recolhimento a menor do imposto apurado ou pagamento sem observância do disposto no Parágrafo 2º do artigo 4º desta Lei Complementar, a Certidão de Quitação só será emitida após a emissão e pagamento de Guia Complementar, na qual será lançada a diferença devida e os acréscimos legais, nos termos da Legislação Tributária Municipal vigente.

**Art. 7º** A resolução do parcelamento com a quitação de suas parcelas e a emissão da Certidão de Quitação não impedem o Fisco Municipal de rever de ofício os valores recolhidos nos termos dispostos nesta Lei Complementar.

**Art. 8º** O Poder Executivo editará oportunamente decreto dispondo sobre as normas necessárias à execução desta Lei Complementar.

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 23 de julho de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrada no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de julho de 2025.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS**

*Diretora do Departamento*